----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de dois de junho de dois mil e vinte e três. ----------

-----Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três; ----------

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------

-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------

-----4.1. – Discutir, votar e aprovar uma proposta da Câmara Municipal, relacionada com a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2023 e ao Regulamento de Organização dos Serviços, nos termos das alíneas m) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

-----4.2. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal relacionada com a Segunda Revisão ao Orçamento 2023 e GOP e a repartição de encargos plurianuais, de acordo com o que dispõe a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro, para efeitos de autorização de assunção dos respetivos compromissos;

-----4.3. – Facultar ao Plenário, para conhecimento e apreciação, uma proposta da Câmara Municipal relacionada com o Relatório da Avaliação do Desempenho no âmbito do SIADAP3/Biénio 2021.2022. ----------

-----5. – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------

-----6. – Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; ----------

-----7. – Período de intervenção aberto ao público. ----------

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e cinco membros. ----------

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------

-----Face aos pedidos de ausência, por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos Ana Filipa Gomes Nogueira, Filipa Oliveira Marques, Hélder Morais de Oliveira, Daniel Alves Vieira, Elisabete de Jesus da Cunha, Maria da Conceição Ferreira da Silva Alves e Manuel Dias de Barros, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos Flora de Jesus da Silva Lomba Gomes, Joana Cerqueira Cunha, João Pedro Lima Cerqueira, José Alberto Martins Teixeira, Marcelo Daniel Machado Duarte, João Pedro Araújo da Silva e Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, respetivamente. ----------

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, a esta sessão, dos senhores Hélder Forte, Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, que se fez representar pelo Vice-Presidente Filipe António Fernandes Faria; Maria dos Prazeres Ferreira Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar; Rui Malheiro, Presidente da Junta de Freguesia de Prado S. Miguel, que se fez representar pelo Secretário Pedro Manuel Oliveira Veloso; e Fernanda Maria da Silva Veloso dos

Santos, Presidente da Junta da União de Freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós. ----------

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três foi aprovada por maioria, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e três abstenções. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que havia recebido um email; endereçado por Aires Fumega, no qual convidava a Mesa, a Vereação, os Presidentes de Junta, todo o Plenário, a comunicação social e o público para estarem presentes na apresentação do seu livro de poesia "Matas-me tantas vezes", no dia três do mês em curso, na Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela; um exemplar das publicações "Ideias & Territórios" e "Municípios e Saúde". ----------

-----No terceiro ponto – período de antes da ordem do dia -, Filipe Lopes, do PSD, apresentou uma moção intitulada "Linha dupla de Ponte de Lima – Fonte Fria, troço português, a 400 Kv (Kilovolts)", tendo considerado que, no seguimento do teor do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha Ponte de Lima – Fonte Fria, Troço Português, a 400KV (Kilovolts), cujo procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) incidira a sua avaliação sobre o projeto em fase de estudo prévio, se verificava que a linha dupla muito alta tensão se desenvolvia entre a subestação de Ponte de Lima e o ponto de travessia na fronteira para a ligação à Rede Elétrica Espanhola (REE), na povoação de Penso, concelho de Melgaço, com passagem pelo concelho de Vila Verde, concretamente na União das Freguesias da Ribeira do Neiva e na União das Freguesias do Vade, prevendo-se uma linha dupla que assentaria na colocação de vinte e três "postes". O Estudo de Impacte Ambiental tinha sido submetido para avaliação em abril de dois mil e vinte, tendo o processo de consulta pública terminado em sete de agosto do mesmo ano. Nessa consulta e em devido tempo, o Município de Vila Verde manifestara-se contra o traçado designado como "troço 3", pois apresentava forte interferência com áreas de aglomerado urbano, quer na antiga freguesia de Covas, aglomerados da Lobagueira, Venda Nova e Moinhos do Boco, quer na antiga freguesia de Valões, em Portela. Referiu que as áreas florestais atravessadas teriam uma diminuição do potencial de exploração nas zonas dos apoios, questões essas que teriam de ser acauteladas na execução e na aquisição/expropriação dos terrenos, procurando minimizar os potenciais efeitos mais negativos. Acrescentou ainda que a qualidade paisagística ia ser fortemente afetada com a instalação da Linha Dupla numa área de relevo acentuado, atravessando todo o Oural, de nordeste para sudoeste, suficientemente próximo do marco geodésico ali existente. Haviam ainda elencado que, em termos de condicionantes, o projeto atravessava áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN), bem como o domínio hídrico. Mais recentemente, a trinta de junho de dois mil e vinte e dois, tinha sido emitida a Declaração de Impacte Ambiental – DIA, na qual constava o corredor agora objeto de Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução. Numa observação mais detalhada, haviam verificado que o atual Relatório identificava a existência de alguns ajustamentos, os quais tinham passado por alguma reconfiguração pontual do corredor selecionado e a introdução de um novo tipo de apoio, contudo, o Município de Vila Verde considerava que estes ajustamentos eram pouco significativos. Em face do exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata considerava que era

fundamental garantir a segurança de pessoas e bens, mantendo simultaneamente a qualidade ambiental, manifestando, assim, a sua discordância com qualquer traçado que não respeitasse estes princípios nem os parâmetros ambientais, nomeadamente clima, geologia e geomorfologia, solos, hidrologia e hidrogeologia; a qualidade do ambiente, nomeadamente a qualidade da água e do ar, o ambiente sonoro e a gestão de resíduos; os sistemas ecológicos, o património cultural, a paisagem, o usos do solo, o ordenamento e gestão do território e a componente social. Neste sentido, propunha que a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberasse o seguinte; ponto um: não concordar que a Linha dupla de Ponte de Lima – Fonte Fria, troço português, a 400 Kv (Kilovolts), atravessasse o concelho de Vila Verde; ponto dois: se não fosse tida em consideração o ponto anterior, exigiam um benefício vitalício a reverter para o mecanismo de compensação que se traduzisse no investimento direto para os mais afetados pela construção daquelas infraestruturas, ou seja, consignar a existência de uma verba dentro de um projeto de execução, expresso percentualmente, de modo a ser canalizado para a melhoria de infraestruturas das uniões de freguesias diretamente afetadas que, posteriormente e após a construção e entrada em vigor da instalação de cada rede, deveria uma parte do benefício daí resultante ser aplicada em projetos de sustentabilidade a associados à melhoria das condições de vida dos territórios atravessados por essa mesma rede; ponto três: que o teor desta moção fosse enviado aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à APA, ao Ministro do Ambiente ou outras entidades relevantes e de acordo com a moção em análise. ----------

-----Joaquim Gonçalves de Oliveira, da Bancada do Partido Socialista (PS), esclareceu que se ia abster na votação desta moção, uma vez que integrava a equipa que estava a elaborar o Plano Municipal de Ação Climática. ----------

-----Carlos Cação, Presidente da Junta da União de Freguesia do Vade, associou-se à Moção em apreço e agradeceu ao grupo municipal do PSD a apresentação da mesma, tendo também frisado que a sua autarquia não estava disponível para aceitar aquela obra que seria mais uma machadada no mundo rural e naqueles territórios do interior do país. Os respetivos autarcas lutavam diariamente para dar melhor qualidade de vida às populações, mas viam-se perante estes projetos que iam interferir nestes esforços e ameaçar a paisagem, razões pelas quais iam lutar até ao fim para que a obra não fosse concretizada. ----------

-----O Presidente da União de Freguesias da Ribeira do Neiva, José Azevedo, manifestou o seu enorme desagrado com o projeto da REN, sublinhando que, desde o primeiro momento, a Ribeira do Neiva se tinha unido contra o mesmo, estando previsto que atravessasse cinco quilómetros daquela freguesia, com linhas de muito alta tensão, em zonas como a encosta do Oural, S. Mamede, Porrinhoso, Cháscua, Bustelo, Sobradelo, Azedo e Leiras. Tratava-se de uma região que tanto necessitava de políticas de aproximação, de valorizar o que de melhor tinha, de atrair mais população, havendo muita gente a procurar casa na Ribeira do Neiva, mas, certamente, ia deixar de haver se aquilo viesse a acontecer. Uma região com o carvalhal da Ribeira do Souto, com tantas espécies e ar puro; com o Monte do Oural, onde nasciam três rios, entre os quais o Neiva; que contava também com um património arqueológico, como a Capela de Santo António de Cháscua, uma das mais antigas do concelho, e com uma vista deslumbrante, ia ficar manchada por fios e postes. No processo de consulta, surgia que era

significativo o impacto referente a esta mesma capela. Ademais, aquela região tinha já uma linha de muito alta tensão no lado sul, a cerca de três quilómetros da que estava agora prevista, o que o levou a perguntar se iam ter o Vale do Neiva cercado, a Norte e a Sul, com linhas de muito alta tensão. Aquela linha ia criar mais condicionantes e entraves ao desenvolvimento daquela região, quando se tratava de um território que necessitava de políticas ativas de valorização das potencialidades locais e de medidas concretas que favorecessem o equilíbrio ambiental, a promoção social e cultural e a fixação das populações. Assim, a União das Freguesias da Ribeira do Neiva reforçava que estava totalmente contra o traçado que a atravessava. Exclamou que não haviam herdado a terra dos seus pais, que a tinham pedido emprestada aos seus filhos e exortou a que o Plenário se juntasse àquela causa, a lutar contra aquele atentado, para proteger o ambiente e as populações da sua freguesia e do seu concelho. ----------

-----Pedro Araújo, do PS, interveio para manifestar a sua dúvida relativamente ao efetivo teor da moção, no sentido de saber se a mesma não estaria a abrir uma porta à realização da obra. Estava de acordo com as intervenções dos presidentes de Junta e, se estava em causa a questão das indemnizações, concordava que existisse uma verba para indemnizar quem fosse afetado por aquelas linhas. ----------

-----O Presidente da Mesa considerou que a intervenção solicitava uma deliberação de não concordância com a passagem da linha, mas era consabido que, do ponto de vista administrativo, poderia ser determinada a obrigatoriedade da passagem e, então, nesse momento, ser exigido valor compensatório. Esclareceu que se estava perante processos delicados, administrativos, de expropriação, com uma vertente muito particular do ponto de vista administrativo, pelo que, se pretendessem reagir ali, tinha de ser pela via legal, eventualmente, delegando no Executivo Municipal aquela tarefa. ----------

-----Filipe Silva, do PS, referiu que a sua bancada estava em plena sintonia com a posição dos presidentes de Junta que, melhor do que ninguém, conheciam os seus territórios e o impacto que a obra tinha nas populações. A sua posição era que a linha não passasse, esta tinha de ser a posição de força e tinham de estar todos unidos nesse sentido, sendo que uma alternativa à passagem não seria estrategicamente bem-pensada, pelo que seria de retirar aquele ponto dois que previa a possibilidade de passagem de uma linha com compensação. Colocou à consideração a possibilidade de agendamento de uma reunião com a REN, na qual todos os partidos estariam presentes para discutir frente a frente o que estava pedido. ----------

-----Filipe Lopes interveio para convir que, no ponto um, estavam contra o traçado da linha, mas, como todos sabiam, o valor pago ao nível das expropriações era muitas vezes irrisório, quase surrealista, e, assim, as juntas de freguesia deveriam receber, ao longo de x anos, enquanto a eletricidade passasse nas linhas, um valor compensatório pelos prejuízos causados pela instalação das mesmas no território. Não via, no entanto, inconveniente em ser retirado o ponto dois. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal sublinhou que estavam completamente solidários com os dois presidentes de Junta que haviam manifestado a sua posição contrária à passagem da linha de alta tensão pelo território, fazendo suas as palavras dos mesmos, até porque a Ribeira do Neiva já tinha uma linha a sul e, com mais esta, ficava encurralada no meio de duas linhas de alta tensão. Assim, estavam contra o traçado. Também não via nenhum inconveniente na retirada do ponto dois, sendo importante que a moção fosse aprovada por unanimidade. Vila Verde não queria autoestradas elétricas,

pretendia, isso sim, a construção da variante, vias que facilitassem a vida aos Vilaverdenses e evitassem que os mesmos estivessem horas e horas no trânsito. A ideia era que, além das indemnizações resultantes das expropriações, também as juntas de freguesia tivessem aquela compensação relativamente ao impacto ambiental negativo que as torres iam causar. ----------

-----A moção, com a eliminação do mencionado ponto dois, foi aprovada por maioria, com uma abstenção e sessenta e quatro votos a favor. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do Bloco de Esquerda (BE), considerou que, uma vez que a política era feita para as pessoas e por pessoas, queria começar por, em nome do Bloco de Esquerda, endereçar condolências à deputada municipal pelo PS, Maria Conceição Alves, pela sua muito recente perda familiar. Certamente todos os presentes o acompanhavam no envio de um solidário abraço a toda a sua família. Na última sessão da Assembleia Municipal, não pudera marcar presença. Lida a ata, não se encontrava qualquer referência a duas datas que o Bloco de Esquerda muito valorizava: o 25 de abril e 1.º de Maio. O 25 de abril era, como havia escrito Sophia de Mello Breyner Andresen, "o dia inicial inteiro e limpo. Onde emergimos da noite e do silêncio." O Bloco de Esquerda continuaria inteiramente comprometimento na defesa da luz da liberdade. Mesmo não lhe tendo sido possível estar presente nas Comemorações do 25 de abril realizadas em Vila Verde, saudava que o Município valorizasse aquele dia e deixava a sugestão para que, no próximo ano, em que se ia comemorar a redonda data do quinquagésimo aniversário, fossem convidados todos os partidos políticos que construíram a democracia local em Vila Verde e se tornassem as comemorações ainda mais significativas e participadas. O 1.º de Maio celebrava o trabalho e as conquistas dos trabalhadores. Neste ano em que a inflação penalizara fortemente os rendimentos do trabalho, importava valorizar aquele dia bem como as lutas de todos os dias por mais direitos e pela valorização dos salários. Porque na véspera se celebrara o Dia Mundial da Criança e tendo em conta que os Municípios eram responsáveis por várias das competências que compunham a Escola Pública, instou a que o Município a valorizasse, nomeadamente respeitando todos os trabalhadores que, no seu quotidiano, contribuíam para que a mesma resistisse e continuasse a defender o futuro coletivo. O orador do BE referiu também que o Município colaborava com várias entidades para promover, entre outras, a "Componente de Apoio à Família", as "Atividades de Animação e Apoio à Família", ou na confeção e distribuição de refeições, importando monitorizar os níveis de estabilidade e segurança laboral que encontravam os trabalhadores destas entidades que interagiam com o Município e deixou claro que o Bloco de Esquerda não concordava com esta terceirização laboral, devendo o Executivo Municipal tonar-se, por um lado, exigente com os seus parceiros que deviam dar aos trabalhadores vínculos que valorizassem as suas importantes funções e, por outro, garantir-lhes a devida e necessária formação. Deu nota de duas atividades de grande significado político que no dia seguinte se iriam realizar: a XI Marcha pelos Direitos LGBTQIAP+ de Braga, com a mensagem "Queremos Ser felizes, Porra!", às 16h30, no Parque da Ponte, porque tinham que estar comprometidos na liberdade, dando espaço a todas as letras e à felicidade de todas e cada pessoa; em Lisboa, a Manifestação +SNS, pela valorização do Serviço Nacional de Saúde, conquista de Portugal democrático que abril criara e que tinha de ser defendido, agora também a nível Municipal, com a transferência de competências em curso. Lembrou ainda a grave crise habitacional que se vivia, bem

notória também no concelho de Vila Verde, afigurando-se imprescindível que o Município desse relevância orçamental à habitação. ----------
-----Joaquim Oliveira, do PS, sustentou que uma habitação adequada devia satisfazer condignamente as necessidades habitacionais de uma pessoa ou de um agregado familiar, tendo em consideração a composição do mesmo, a tipologia da habitação e as condições de habitabilidade e de segurança da mesma. O Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Primeiro Direito visava apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que viviam em condições indignas e que não dispunham de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, assentando numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento, apostando igualmente em abordagens integradas e participativas que promovessem a inclusão social e territorial, através da cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo. Em maio de dois mil e vinte, a VALECONSULTORES – Consultoria Social, identificara e havia elaborado um relatório para a Estratégia de Habitação de Vila Verde. Do estudo resultara que a precaridade habitacional se devia a sobrelotação, insalubridade, inadequação e insegurança, situações de carência financeira que não permitiam às famílias suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Segundo os dados da consultora, o Serviço Social do Município descrevia os seguintes casos prioritários: pessoas – quatrocentos e sessenta e sete, não se falando de pobreza energética, pois então os números seriam elevadíssimos; famílias – cento e sessenta e seis, cento e sessenta e cinco das quais podiam beneficiar do apoio primeiro direito, setenta em ocupação ilegal, sessenta e três proprietários, sessenta e duas passíveis de reabilitação e seis habitações sociais precisavam de reabilitação; aquisição e reabilitação de habitações – noventa e cinco, duas das quais em terrenos do município. Estes dados eram factuais e não eram motivo de empenhamento e preocupação do Executivo Municipal, pois talvez a preocupação maior fosse o Mês do Romance e o Namorar Portugal; a Feira Quinhentista e Sá de Miranda por Terras de Vila Verde; as Festas de Santo António, a Rota das Colheitas, enfim, festas. Os mencionados documentos permitiam constatar que a resolução da precaridade habitacional ascendia a mais de dezoito milhões de euros, sendo muito dinheiro e refletindo a grandiosidade do problema, mas não era por isso que o mesmo devia ser secundarizado, devendo-se antes olhá-lo de frente e agir. Não se pretendia que se fizesse tudo de uma vez, mas sim que se atendesse de imediato aos casos de maior gravidade. Consultando a página, na internet, sobre habitação, desde dois mil e vinte, data do relatório da consultora, obtinha-se o seguinte: Regulamento Municipal para a Concessão de Benefícios Fiscais à Habitação e à Reabilitação Urbana em Vila Verde; regime de apoios à habitação para jovens até quarenta anos; impressos de recuperação habitacional; condições de promoção à recuperação habitacional para estratos sociais desfavorecidos e notícia sobre recuperação de habitação de um idoso em Valbom S. Pedro. Assim, apenas um cidadão, e com envolvência de voluntários e outras entidades, tivera melhoria das condições de habitabilidade. Sem alocação de verbas não havia obras e, nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três, item 2 4.1 – Habitação, o valor era de sessenta e cinco mil e quinhentos euros, zero vírgula catorze por cento do Orçamento, e zero vírgula trinta e seis por cento dos dezoito milhões. Na rubrica Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Primeiro Direito, estavam inscritos

quinhentos euros. A este ritmo, a precaridade na habitação ia perdurar por mais de um século, sendo de notar que o item 2 5.1 – Cultura, tinha novecentos e oitenta e nove mil e trezentos euros, dois vírgula dois por cento do Orçamento e, com a alteração, passava para um milhão duzentos e dez mil quatrocentos e vinte e cinco euros. Naquele contexto e considerando que, até à data, das quatrocentas e sessenta e sete pessoas, ainda segundo dados de dois mil e vinte, apenas uma havia tido resolução das suas condições de habitabilidade, pedia que a Presidente da Câmara informasse aquela Assembleia sobre o que estava em execução e o plano para o imediato. Não considerava que a Presidente da Câmara fosse insensível àquele problema, mas o mesmo existia e existiam dados que o confirmavam. A Consultora havia feito o estudo e identificado o problema; o dinheiro fora bem gasto. Para tornar aquela análise mais simples, dividira o orçamento em parcelas, trabalhara-o em mil euros, dos quais trezentos eram encargos permanentes, com o pessoal; vinte euros eram para aquilo a que a Câmara chamava cultura, sobrando apenas um euro e cinquenta cêntimos para a habitação. Era, pois, um valor irrisório para o problema de dezoito milhões de euros que o Executivo tinha pela frente. Pediu que, nos próximos dois orçamentos do mandato em curso, aquele problema fosse olhado de outra forma. ----------

-----Maria José Gomes, do PSD, revelou que a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) visava promover o conhecimento da museologia e dos domínios científicos e técnicos, assim como "realçar a importância do papel desempenhado pelos museus e pelos seus profissionais em cada comunidade e entre povos e culturas na promoção do conhecimento e da coesão social". No pretérito dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, o Museu do Linho de Marrancos tinha sido distinguido pelos prémios anuais da APOM, na categoria 'Incorporação', em reconhecimento da incorporação de bens culturais que enriqueciam o acervo museológico e o património local e da região. Aduziu que, inaugurado em setembro de dois mil e treze, na então freguesia de Marrancos, o Museu, que era constituído por um valioso espólio doado pelo Sr. Abílio Soares Ferreira, retratava o linho desde a sementeira até ao tear e à sua utilização, designadamente ao nível dos trajes e dos lares, caraterizando também o modo de vida tradicional das famílias do mundo rural, típico da região do Minho. Conforme havia destacado a Presidente de Câmara Municipal de Vila Verde, na entrega do prémio "ficam para memória futura e constituem um verdadeiro cartaz de visita para o concelho Vila Verde, que se orgulha de ser uma referência como espaço de desenvolvimento sustentado na identidade do território". A distinção do Museu do Linho, pela Associação Portuguesa de Museologia, vinha reconhecer a importância da parceria entre o Município de Vila Verde, da União de Freguesias de Marrancos e Arcozelo e da Associação Recreativa e Cultural de Marrancos na conservação das tradições e, especificamente, o trabalho desenvolvido pelo Sr. Abílio Ferreira ao longo de décadas, assim como promover a valorização do seu espólio, composto por um acervo de trinta e duas peças que haviam sido alvo da intervenções de restauro e de conservação pelos serviços técnicos municipais, razão pela qual a bancada do PSD não poderia deixar de se congratular com esta Menção Honrosa. ----------

-----José Duarte Sousa, do PSD, considerou que, numa ótica de valorização do território e das instituições, o PSD achava que era fundamental promover e falar do que de melhor se ia fazendo no concelho de Vila Verde. Aludiu à realização da Feira Quinhentista, ao encontro (In) Artes e às comemorações do Dia Mundial da Criança e

das Famílias. Durante três dias, havia decorrido a Feira Quinhentista dedicada ao poeta Sá de Miranda, sendo que dezenas de espetáculos e recriações históricas haviam marcado um programa intenso de atividades lúdicas e culturais. Lutas de espada e declamações de poesia, música ao vivo, artes circenses, teatro de rua, dança, artesanato, gastronomia, demonstrações de armas, exposições e espetáculos da época tinham feito parte do programa, bem como espaços de exposição e feira no centro de Vila Verde, inspirada na época quinhentista, com a participação de artesãos, mercadores, gastrónomos trajados, retratando os usos e costumes daquela época, não esquecendo também o sarau cultural e o cortejo régio com mais de uma centena de figurantes. Estas atividades, de certa forma, transportaram os Vilaverdenses até aos finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna. Realçou o envolvimento de toda a comunidade escolar de Vila Verde na Feira Quinhentista, a qual fora abrilhantada ainda mais por alunos, professores e encarregados de educação dos agrupamentos de escolas, das escolas secundária e profissional e da Academia de Música de Vila Verde. No dia seguinte a esta sessão, ia realizar-se o Primeiro Encontro Vila Verde (In) Artes, a Arte sai à Rua, idealizado pela Comissão Consultiva Municipal das escolas do Plano Nacional de Artes do Município de Vila Verde; visava promover e divulgar as artes como forma de expressão e de incentivar e valorizar a produção artística e contribuir para o desenvolvimento da criatividade em contacto com o património cultural, material e imaterial de Vila Verde e toda a sua diversidade e identidade cultural. Relevou a participação da Academia de Música de Vila Verde, dos agrupamentos de escolas de Moure e Ribeira do Neiva, Prado e Vila Verde, da Escola Secundária de Vila Verde e da EPATV. No próximo domingo, na União de Freguesias da Ribeira do Neiva, iam ter lugar as comemorações do Dia Mundial da Criança e das Famílias, as quais se haviam iniciado no dia anterior a esta sessão, com a inauguração da requalificação da Escola Básica de Oleiros, levada a cabo pelo Município de Vila Verde, que se haviam estendido até ao presente dia, com diversas atividades nos espaços escolares do concelho e que iriam culminar na Ribeira do Neiva. Este último ia ser um dia dedicado às crianças e respetivas famílias, com acesso gratuito ao Complexo Desportivo, nos quais iam existir animadores, insufláveis, jogos e acesso à piscina exterior, entre outras atividades de lazer. Ia existir também uma área dedicada a crianças com necessidades especiais, dinamizada pelo Projeto Super`A, projeto piloto nascido em dois mil e vinte e um, integrado no Plano Vila Verde Amiga das Crianças, selo atribuído ao Município de Vila Verde pela UNICEF. Também a GNR, os Bombeiros Voluntários de Vila Verde e a operação Nariz Vermelho iam estar presentes no evento com uma demonstração de meios e campanhas de sensibilização, reforçando a importância da presença de todos, no domingo, na Ribeira do Neiva. A Bancada do PSD saudava o Município de Vila Verde pela organização destes eventos socioculturais, uma vez que haviam envolvido e iam envolver a comunidade vilaverdense, contribuindo para a cooperação e entreajuda entre as diversas entidades e organizações concelhias e para a divulgação da história e da cultura do território, não fosse Vila Verde um concelho com orgulho nas suas raízes e tradições. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal agradeceu a informação supra que era demonstrativa do orgulho do município nas suas raízes e nas suas tradições. Orgulhavam-se de ser uma terra de Lenços de Namorados; de, no seu território, ter vivido o grande poeta Sá de Miranda; em tudo aquilo que representava o mundo rural,

na Rota das Colheitas, que perpassava todas as freguesias. O facto de valorizarem as tradições e a cultura não significava que não valorizassem a questão da habitação, as vias de comunicação e tudo aquilo de que necessitavam no território. Uma coisa não impedia a outra, razão pela qual agradeceu as intervenções de José Duarte e de Maria José Gomes, assim como deixou um agradecimento muito especial ao Sr. Abílio Soares Ferreira, que havia doado uma grande parte do seu património ao Museu do Linho de Marrancos, um local notável que todos deviam visitar, sendo que, ainda hoje, com mais de oitenta anos de idade, era o Sr. Abílio que realizava as visitas guiadas ao mesmo museu do linho, matéria-prima dos lenços de namorados que tanto promoviam Vila Verde no país e no exterior. A Estratégia Local de Habitação tinha sido um projeto financiado, consubstanciando o levantamento exaustivo de todas as situações existentes, no território, de habitação fragilizada, de problemas habitacionais que sabiam existirem, grande parte dos quais se encontrava na freguesia de Cabanelas, referindo-se à comunidade de etnia cigana que, infelizmente, ainda vivia em muitas barracas. Este não era o único problema identificado; sabiam que tinham outros e também que tinham inscrito, em sede de PRR, cerca de vinte milhões de euros para fazer face a todo aquele problema; estavam a trabalhar afincadamente naqueles projetos, mas não tinham uma varinha mágica. O Vereador da Ação Social, Dr. Manuel Lopes, tinha feito imensas reuniões com o IRU, com a Vale Consultores e com muitos presidentes de Junta, para identificar edifícios, muitos dos quais haviam já sido identificados, sendo que alguns dos mesmos eram sedes de associações e iam continuar a ser, outros estavam a ser utilizados como atividade económica, situação que estava a ser avaliada. Com a anuência dos presidentes de Junta, tinham edifícios que iam ser convertidos em habitação social. Tinham sido identificados vários terrenos do Município e não apenas um. Por vezes, não era possível casar uma situação com a outra. Se, por hipótese apenas, na freguesia de Arcozelo, por exemplo, tinham identificado um problema habitacional, mas a escola que podiam requalificar encontrava-se, também por mera hipótese, na freguesia de Cabanelas, era difícil que a família quisesse deslocar-se de uma para a outra freguesia, até porque tinha as suas raízes ali e os filhos frequentavam a escola da freguesia da residência atual. Em todo o caso, estavam identificados todos os terrenos disponíveis, com capacidade construtiva, assim como as escolas que iam ser convertidas em habitação social e haviam tentado fazê-lo nas freguesias mais próximas, para que as famílias pudessem ficar na proximidade das suas áreas de influência, onde tinham os amigos e familiares e os filhos na escola. O passo seguinte, já em curso, era encontrar empresas – ia ser feito concurso – para a elaboração dos projetos. Até trinta de setembro, tinham de terminar todos os projetos do 2020 e estavam já a trabalhar com todas as equipas no 2030. A água e o saneamento eram essenciais, existiam carências a este nível e os trabalhos estavam a ser desenvolvidos nestas áreas, nas freguesias do Vale do Homem, onde pretendiam construir toda uma rede para que todos pudessem ser servidos por essa mesma rede do Município, tanto no Vade como em parte da Ribeira do Neiva. Outra área prioritária era a eficiência energética, mesmo no tocante à possibilidade de requalificação de edifícios das juntas de freguesias, sabendo que alguns presidentes de Junta o pretendiam fazer. Muito brevemente, iam ser lançados concursos para a elaboração de projetos em todas aquelas áreas, assim como para reconversão de escolas e das seis habitações sociais de Parada de Gatim. Tratava-se de um trabalho hercúleo que estava a ser feito por uma grande equipa, pelo que não recebia as lições de

insensibilidade. Durante doze anos, havia trabalhado as questões sociais, as quais lhe eram, por conseguinte, muito caras. Foi feito muito mais do que a casa a que o Deputado municipal aludira, sendo que o mesmo se estava a esquecer que as equipas municipais estavam todos os dias no terreno, mas nunca vinham para as primeiras páginas dos jornais dizer que haviam entregado uma chave. Este era um setor que resguardavam e protegiam. Fez referência ao Regulamento de Apoio à Autoconstrução, que diariamente estava em curso; ao apoio à renda, através do qual ajudavam as famílias mais necessitadas; à loja social que, todos os dias, apoiava as famílias carenciadas. Este trabalho era resguardado porque as famílias não tinham de ser expostas, sendo que, estando inscritos em PRR, muito brevemente, os projetos iriam ficar prontos e seguir-se-ia a requalificação e construção de casas para todos aqueles que das mesmas necessitavam, porquanto a habitação, de facto, era um primeiro direito. ----------

-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara considerou que se tratava de uma questão administrativa e se prendia com a transferência de competências na área da saúde. Esclareceu que o Município de Vila Verde ainda não havia assinado o auto de transferência de competências na área da saúde. Ia ser constituída uma Unidade Local de Saúde (ULS) que ia estar dependente do hospital de Braga e que ia integrar todos os municípios que faziam parte do ACES: Amares, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Braga e Vila Verde. Apenas Vila Verde ainda não tinha assinado e tinha sido uma luta. Ainda há pouco tempo, a Edil e o Vereador Patrício Araújo haviam participado numa reunião com a ARS a demonstrar que a verba que estava prevista não era suficiente para Vila Verde, tendo provado a insuficiência das mesmas para as rubricas inscritas. Ademais, apenas estava prevista, em sede de PRR, em termos de requalificação, a verba de trezentos e cinquenta mil euros para o Centro de Saúde de Vila Verde. Insistiram na requalificação do equipamento de saúde de Cervães e na inscrição da mesma no PRR. Além dos centros de saúde de Vila Verde e de Prado, que a Administração Central pretendia transferir para o Município de Vila Verde, existiam mais cinco, os quais já haviam sido requalificados pelo Município, nomeadamente os do Vade, Pico de Regalados, Escariz e Ribeira do Neiva. Haviam afirmado que, pelo facto de serem bons alunos, por terem facilitado tudo em nome do bem-estar da população e nunca terem pedido à ARS uma renda, que era o que deveriam ter feito, agora, no pressuposto de que os mesmos já eram do Município, não tinham direito a qualquer verba. Esta situação não era justa, razão pela qual apenas Vila Verde ainda não tinha assinado. Estavam a esticar a corda, por uma questão de efetiva justiça, mas sabiam que, até ao final do ano, a questão tinha de ficar resolvida. A alteração em apreço pretendia que aqueles vinte e quatro funcionários, mais dois, em cujo auto se referia que um estava reformado e o outro aposentado (uma diferença ainda por explicar) eram os que faziam falta nos centros de saúde. Estes funcionários passavam para o Município com a agravante de dez deles não se encontrarem no quadro. Tinham sido contratados no período da Covid, faziam falta à ARS, pelo que seria o Município a realizar um concurso para a integração de dez funcionários. Aludiu ainda à introdução de duas mobilidades. ----------

-----Pedro Araújo, do PS, referiu que a sua bancada optava por se abster na votação, por considerar que não podiam ter uma plena análise do documento. Não era possível ler a página do organograma. Sugeriu que fosse encontrada uma forma de lhes enviar a documentação mais legível, sendo que já não era a primeira vez que tal sucedia. Dada a

falta de qualidade das digitalizações, não conseguiam analisar e, assim, não podiam ter opinião formada. No gabinete de assessoria técnica falavam nas qualificações para o 2030 e a sua bancada achava que era importante o Município ter ou delegar em alguém com experiência e que estivesse muito à vontade a esse nível, mas aquele ponto não era claro, pois referia-se que tal seria feito através de mobilidade. Naquilo que eram as exigências das competências, enquanto noutras funções eram muito claros relativamente aos objetivos daquilo que se pretendia que o funcionário executasse, no âmbito daquela vaga de mobilidade, a exigência de lidar com fundos europeus era bastante elevada, razão pela qual as exigências para a candidatura deveriam ser muito mais concisas. Notaram ainda bastante precariedade no mapa apresentado, o que o levou a referir que o Município delegava algumas competências nas juntas de freguesia e nas associações que, muitas vezes, resultavam em precariedade, mormente nos serviços das escolas, sendo que, provavelmente, muito mais de cinquenta por cento dos funcionários eram precários. Lidar com crianças tinha exigência técnica, nem que fosse estar só a olhar para as mesmas. Aquelas pessoas tinham direito a uma carreira e estar-se, sucessivamente, a ir buscar pessoas ao Fundo de Desemprego, sem tentar construir uma carreira, não lhes parecia uma boa opção. Haviam também notado algumas funções que se reportavam a precários e que correspondiam àqueles que tinham remunerações mais baixas, como era o caso dos assistentes operacionais. Outra questão prendia-se com o facto de aparecerem os salários dos funcionários no documento que, provavelmente, viria do Ministério da Saúde, circunstância de legalidade duvidosa e, na sua ótica, incorreta. ----------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, zero votos contra e oito abstenções. ----------

-----No ponto 4.2., a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a modificação em análise tinha sobretudo a ver com a educação. Aquando da aprovação do orçamento, em novembro, tal como acontecia todos os anos, o orçamento contemplara uma projeção dos gastos, essencialmente, em matéria de refeições e transportes, sendo que o ano letivo ia de início de setembro a fins de julho, aplicando cerca de dez por cento, estratégia que, nos anos anteriores, tinha resultado. Habitualmente, faziam a reunião da Assembleia Municipal de junho no final do mês, mas estavam a fazê-la no início, porque o concurso de refeições tinha de ser já lançado e não era expectável que os preços disparassem tanto, contudo, tivera de ser lançado por cerca de três milhões de euros. Esperavam que a verba viesse a descer. Estavam a fazê-lo através do acordo-quadro da CIM Cávado. Para dois mil e vinte e quatro, não estava previsto um montante tão elevado. Nos transportes escolares acontecera a mesma situação, tendo os preços disparado, principalmente nos denominados circuitos especiais, realizados por táxi e carrinhas, para as crianças com necessidades educativas especiais e de lugares não servidos por transportes públicos. Aproveitando este orçamento modificativo e dado que, até à data, o 2030 ainda não tinha aberto qualquer concurso, não sendo expectável que, até ao final do ano, viesse a abrir, procederam a alterações nas obras que era esperado serem contempladas pelo Portugal 2023. As transferências de competências, na educação continuavam, assim, a pesar imenso aos cofres do Município, não estando a acontecer a estabilização de preços nas faturas da energia e na maior parte das faturas no âmbito da educação. O Vereador da Educação tinha feito reuniões com os diretores dos agrupamentos, a quem agradecia toda a colaboração, desenvolvendo um esforço

notável, mas o envelope financeiro estava aquém. Reportando-se à sessão de fevereiro, referiu que ainda bem que ali existia uma folga. ----------

-----Filipe Silva referiu que, em fevereiro, haviam dito que o orçamento era demasiadamente otimista para os indicadores económico-financeiros que, à data, tinham. A questão das refeições reforçava a ideia da internalização do serviço, situação que era agora comprovada pelo aumento do preço do mesmo. Desta forma, podiam ter um controlo de custos, tanto mais que aquele aumento de preços não ia significar um aumento da qualidade da alimentação. Era importante que, naquele momento, estivessem a colocar mais dinheiro nas refeições e tal representasse, diretamente, um aumento da qualidade, mas não era isso que estava em cima da mesa, estando antes a inflação e o aumento dos custos do serviço. Estava-se a falar da realocação de quatro milhões de euros, com parte significativa na educação. Existia uma diminuição do investimento face à anterior revisão orçamental, ao nível das funções sociais, de um milhão setecentos e vinte e nove mil euros, e de trezentos e nove mil euros ao nível das funções económicas, tratando-se de uma redução de cerca de dois milhões de euros que, em grande parte, passava para o orçamento de dois mil e vinte e quatro. Percebia-se hoje que a Câmara estava a fazer face a aumentos inesperados das despesas, sendo este um exercício legal para o efeito, sabendo-se já, desde o início do ano, que seria o aumento da energia, da remuneração mínima mensal garantida, com o que arrastava em termos de prestação de serviços; brevemente, iam ter outra revisão dos juros da dívida, que iam ter um efeito sobre as contas do Município. Na educação, falava-se de menos três milhões de euros de apoio às escolas, diretamente retirados da Escola Básica Monsenhor Elísio Araújo e da Ribeira do Neiva e Moure. Nos serviços auxiliares de ensino acresciam oitocentos e trinta e oito mil euros, dos quais quinhentos e oitenta e sete mil euros para as cantinas e cento e oitenta mil euros para os transportes, um serviço que também estava a aumentar em virtude da subida do preço dos combustíveis. No entanto, para as vias de comunicação, fruto da exigência do equilíbrio orçamental, existiam menos trezentos e vinte e cinco mil euros; no eixo periférico norte-sul, menos quatrocentos mil euros, ou seja, colocavam mais dinheiro em determinadas rubricas e retiravam noutras. A expansão do Parque Urbano de Vila Verde apresentava menos quinhentos mil euros e os subsídios às associações culturais eram contemplados com um acréscimo de sessenta e três mil euros. Aquela era a opção estratégica do Município, que respeitavam, contudo, de acordo com aquilo que tinha sido a sua postura e o contributo para o Executivo Municipal, iam votar contra, neste ponto. O problema não estava na revisão em apreço, residindo antes na proposta inicial de orçamento. ----------

-----Susana Silva, do PSD, considerou que se estava perante uma tarefa quase apenas contabilística e burocrática, mas, depois de ouvir a bancada do PS, tinha de referir que, efetivamente, todos sentiam o aumento de preços quando iam ao supermercado e quando pagavam a conta de energia. Quer nas refeições quer em todos os setores onde o aumento de preços se tinha verificado significativamente, o aumento do custo de vida era uma realidade, lamentando que o PS não assumisse as suas responsabilidades e a apatia do mesmo relativamente à resolução dos problemas reais dos portugueses. Assim, a bancada do PSD ia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta e três votos a favor, nove votos contra e três abstenções. ----------

-----No ponto 4.3. não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 5. não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 6. não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------
--- No ponto 7. não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----A minuta da ata da reunião de dois de junho de dois mil e vinte e três foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e cinco, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. -----
-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -
-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário